

## ***PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020***

Ex.mos Sr.s Associados:

Em cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias vem o Conselho fiscal do Centro Social e Popular de S. Cristóvão – Associação transmitir o seu parecer sobre a proposta de Orçamento para o Exercício de 2020

O Conselho Fiscal tem acompanhado com regularidade as ações desenvolvidas pela direção, no sentido de equilibrar financeiramente a Instituição e simultaneamente aumentar a qualidade e quantidade dos serviços prestados.

Dá por este meio o parecer favorável à proposta de orçamento para o exercício de 2020, recordando todavia a importância que terá o desenvolvimento das atividades extraordinárias e novas valências para o sucesso da Instituição.

Portalegre, 16 de Dezembro de 2019

---

(João José Forte Neves)

---

(Joaquim Maria Real Pinheiro)

---

(Joaquim José Leal da Silva)

# *PROPOSTA DE ORÇAMENTO*

## *EXERCÍCIO DE 2020*

Ex.mos Sr.s Associados:

A Direção do Centro Social e Popular de S. Cristóvão – Associação vem por este meio submeter à apreciação de V.as Ex.as a proposta de Orçamento para o Exercício de 2020.

O orçamento é resultado do trabalho efetuado ao longo dos últimos anos, que tem visado quer o reequilíbrio financeiro da Instituição, a melhoria de qualidade na prestação das valências existentes.

Numa análise sumária, conclui-se que há um défice entre receitas e despesas de cerca de €41.000'00. Esta previsão espelha a realidade do que se tem passado ao longo dos últimos anos na instituição. À falta de capacidade de endividamento, têm sido os trabalhadores a suportar este défice, pela não cobrança da totalidade dos seus direitos, nomeadamente o subsídio de natal e subsídio de férias.

Os esforços desenvolvidos na otimização dos recursos, na diminuição dos custos não essenciais e no aumento de receitas - nomeadamente em termos de take-away têm sido abafados pelo aumento dos custos com o pessoal. De facto, 2019 e 2020 são anos em que os custos com o pessoal aumentaram / aumentarão consideravelmente, quer pela subida do ordenado mínimo, quer pela atualização legal dos ordenados de todos os colaboradores (sendo que se destaca a obrigatória normalização dos ordenados das educadoras).

Face a este cenário, a direção promoveu reuniões em 2019 quer com a Camara Municipal quer com o Instituto de Segurança Social, no sentido de demonstrar a insustentabilidade de instituição e apresentar um conjunto de “medicamentos” sem os quais não será possível dar continuidade ao projeto.

Os proveitos e custos decorrentes da aplicação destes “medicamentos” não estão quantificados em termos orçamentais para 2020, uma vez que não há a garantia da sua execução. Tal não está dependente apenas do Centro Social, mas de entidades terceiras. De qualquer forma, é importante aqui referi-los, uma vez que deles depende a viabilidade e consequente sobrevivência da instituição:

.1 – Revisão do acordo de cooperação na valência de creche. De uma capacidade máxima de 44 crianças, existe atualmente uma ocupação média de 30, mas apenas 20 estão abrangidos pelo acordo de cooperação. Foi já solicitada a sua revisão para uma abrangência de 36 crianças. Tal concessão, por parte do Instituto de Segurança Social, produziria um ganho anual entre €25.000 a €40.000, com um aumento de custos entre €5.000 a €10.000.

.2 – Reorganização da Pré-Escola. Reorganização da forma de funcionamento das duas salas, colocando as duas educadoras a trabalhar em conjunto, criando assim sinergias com consequente aumento da qualidade do serviço e diminuição dos custos com o pessoal. O objetivo será o de

manter uma média de 30 crianças, atualizando o valor das mensalidades e criando a necessária diferenciação do serviço face à Pré-escola existente na primária do Atalaião.

.3 – Reorganização do ATL. Revisão dos horários de funcionamento, confrontando os custos com os proveitos em cada um desses horários. Assim como semelhante confronto em períodos letivos ou de férias. A utilização das instalações do boletim meteorológico durante todo o ano gera um custo acrescido, que nem sempre os proveitos compensam.

.4 – Propriedade do edifício. Uma situação que se arrastava há anos e que foi resolvida em finais de 2019. Atualmente existe um contrato de concessão de espaço entre a Câmara Municipal de Portalegre e o Centro Social, o que permite a este último continuar com os acordos de cooperação e candidatar-se a novos projetos.

.5 – Obras no edifício. É urgente a adaptação do espaço, por forma que a cumprir exigências legais que a otimizar o espaço para as valências desenvolvidas / a desenvolver. Disto mesmo está já informada a Câmara Municipal de Portalegre, uma vez que promove há já vários anos a notícia de que possui verbas para obras nas instalações, mas que até à data não executou qualquer ação nesse sentido.

.6 – Take Away. Pela experiência dos dois últimos anos, é opinião da direção que esta valência cujo investimento mais facilmente poderá trazer retorno. Neste sentido foi explorado um espaço físico para disponibilização de refeições à população em geral em regime de take-away. Também foram conseguidos novos contratos de elaboração de refeições para escolas primárias. No entanto a cozinha é fisicamente insuficiente para as oportunidades que têm surgido nesta área. É por isso fundamental que seja desenvolvido um projeto de raiz, que permita a utilização de um espaço adequado à elaboração de refeições em regime de take away para sócios individuais, sócios empresas, escolas e eventos.

.7 – Dívidas anteriores – Dificilmente os próximos exercícios produzirão resultados que permitam amortizar a dívida existente (funcionários). É nesse sentido que no início se dará início a um pedido de apoio ao Fundo de Socorro Social, com o único objetivo de amortizar a dívida existente aos funcionários

.8 – Profissionalização da gestão – A Direção é composta por um conjunto de voluntários, cujos compromissos pessoais e profissionais que não lhes permite a disponibilização de tempo para assuntos de gestão corrente. Pelo que está já a exercer funções um colaborador, responsável por esta área.

.9 – Pedido de apoio financeiro. Foram a Câmara Municipal de Portalegre e a Segurança Social de Portalegre informados na sua devida altura que iria existir uma necessidade de tesouraria a curto prazo de €40.000. Mas não demonstraram qualquer abertura em eventual concessão de apoio financeiro.

É este o “receituário” para o Centro Social e Popular de S. Cristóvão – Associação. Assente, essencialmente, em controlo de custos, profissionalização da gestão, renegociação dos acordos de cooperação, aposta forte na valência take-away, diminuição de dívida e obras no espaço!

O orçamento aqui apresentado pode ser considerado por uns pessimista e por outros otimista, dependendo da importância atribuída aos “medicamentos” aqui propostos. Mas é pela direção considerado um orçamento realista, pois há a consciência de que a manutenção da situação, sem as alterações propostas, conduzirá a um inevitável encerramento provocado pela insustentabilidade financeira.

Portalegre, 19 de Dezembro de 2018

---

(Luís Filipe Ferreira Correia Lopes dos Santos)

---

(Nuno Miguel Martins Santana)

---

(Cátia Sofia Tavares Duarte André)

---

(Ricardo Jorge Tomás Ribeiro)

---

(Rui Paulo Barradas Lopes)